



ATA - 04ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA- 2025. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 15 de maio de 2025, às 14h, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet, realizou-se a 04ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Presidenta Marlete de Oliveira. A 04ª Reunião Plenária Extraordinária contou com a presença das **Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Cleia Pereira, representante da UDESC; Conselheira Titular Luciane dos Passos, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Suplente Fabiana de Souza, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Titular Ana Lúcia Michels e sua Suplente Inez Heerdt, representantes da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SICOS); Conselheira Titular Larissa Borges, representante da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN); Conselheira Titular Maria Augusta Ungaretti, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Patrícia Ferreira, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Titular Gisella Ribeiro, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR) e Conselheira Titular Patrícia Zimmermann, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). **Participaram também as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Andrea Vergani, representante da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais - Grande Fpolis; Conselheira Suplente Isis Garcia, representante do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC; Conselheira Titular Marlete Conceição Pinto de Oliveira e sua Suplente Mareli Graupe, representantes da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Carolina de Matos e sua Suplente Rosemere Esmelindro, representante da Central Única dos Trabalhadores de SC; Conselheira Suplente Ana Cláudia Henrique, representante da Associação Flor de Lis; Conselheira Titular Terezinha Mafioletti e sua Suplente Margot Zetsche, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Luciana Cascaes, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Suplente Rafaela Catarina Kinas,



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

representante do Movimento Mulheres do Litoral; Conselheira Titular Leslei Mayer e sua Suplente Ana Lúcia Pratts, representantes da FETAESC; Conselheira Titular Juci Tomais, representante do Instituto Gente de Direitos; Conselheira Titular Joseane Nazário, representante do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região e Conselheira Suplente Ivanete de Souza, representante da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de SC (UNICAFES) **Justificaram a ausência:** Conselheira Titular Clarissa Simões e sua Suplente Viviane da Rosa, representantes da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Aline de Souza, representante da Associação Flor de Lis e Conselheira Titular Carolina Bergmann, representante do IEG/UFSC. A 04ª Plenária Extraordinária de 2025 contou com a presença da Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), Sra. Adeliana Dal Pont; da Diretora de Assistência Social, Gabriella Dornelles e das ex-conselheiras Rosaura de Oliveira Rodrigues e Sheila Sabag. A 04ª Plenária Extraordinária do CEDIM de 2025 teve a seguinte **pauta:** 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas; 3. Participação da Secretária Adeliana Dal Pont que falará sobre Violência Contra a Mulher; 4. Deliberação sobre Minuta da Portaria de Convocação da 05ª CEPM; 5. Informes Gerais; 6. Encerramento. **Aberta a reunião**, após apresentação das Conselheiras presentes e demais participantes, do levantamento do quórum, Carol menciona as justificativas de ausência e comunica que a reunião será gravada e disponível no *drive* da conta do CEDIM no gmail e no canal do CEDIM no Youtube. Marlete agradece a presença de todas e explica que a convocação desta plenária extraordinária foi um pedido do gabinete da SAS, pois a Secretária irá apresentar um projeto de interesse do CEDIM. Passou-se para o item 3. **Participação da Secretária Adeliana Dal Pont que falará sobre Violência Contra a Mulher.** A Secretária Adeliana (01 min) agradece o espaço e informa que pediu a plenária pois há muitas dúvidas em relação aos encaminhamentos de mulheres vítimas de violência e por esse motivo gostaria de ouvir a opinião das conselheiras, acrescentando que não poderá aguardar a finalização do Plano Estadual de Políticas para Mulheres e por conta do número alarmante de feminicídios em SC, a gestão está pensando em um esboço de projeto alternativo às casas de acolhimento regionais e que a Gabriella também irá apresentar outra alternativa, que não é ponto a ser



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

deliberado neste momento mas que primeiramente gostaria de ouvir as experiências das conselheiras. Patrícia Ferreira lamenta a ausência da conselheira Patrícia Zimmermann, representante da Segurança Pública, pois poderia contribuir muito com esta pauta. Andréa relata que além de representar a BPW, atua na Prefeitura de Florianópolis e já esteve por dois anos à frente da Assessoria da Mulher da Prefeitura da Capital e concorda com a importância de ter uma Casa de Acolhimento. Andréa afirma que seu município possui um serviço de acolhimento que fica próximo da Delegacia da Mulher e pela sua experiência de trabalho, verifica que em muitos casos, após o desacolhimento, muitas mulheres retornam para seus companheiros agressores. Cita também que muitas mulheres nem acessam esse tipo de serviço, informando que não observa mulheres pretas, por exemplo, e acrescenta que um plano a longo prazo é trabalhar na educação, citando o exemplo de Florianópolis que possui o “Projeto Maria da Penha vai à escola” pois trabalha com a prevenção e também os grupos reflexivos com autores de violência. Juci elogia a Secretária por trazer essa pauta para discussão no conselho e aproveita para questionar acerca do funcionamento dos ônibus lilás tendo em vista o alto índice de violência contra a mulher que Santa Catarina vem registrando e sugere que seria interessante a divulgação desses dados e do nº de feminicídios pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. A Secretária Adeliana questiona se alguma conselheira representante da Sociedade Civil tem uma experiência mais direta de atendimento a essas mulheres. Terezinha informa que enquanto representante da Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais Reprodutivos, sua entidade elaborou um estudo bem importante que acabou sendo divulgado a nível nacional, com base no Sistema Nacional de Informação para avaliar gravidez abaixo de 14 anos e chegaram a dados bastante preocupantes e muito assustadores de gestação em crianças e que gerou a campanha “Criança não é mãe” e coloca a apresentação desse estudo à disposição do CEDIM e da Secretária, caso seja interesse. Terezinha considera que uma das questões fundamentais que precisa ser avaliada é a necessidade de estruturar a rede de atenção à violência sexual em todo o estado, com pólos de referência e hospitais para interrupção da gestação decorrente de violência, além da importância de capacitações para equipes de atendimento, relatando que é fundamental que as equipes de atendimento atuem de forma multidisciplinar.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Marlete concorda com as falas anteriores e compartilha as preocupações que foram levantadas essa semana durante a reunião da comissão de enfrentamento à violência, que o plano estadual está atrasado e que não será possível aguardar sua finalização que está prevista para 2026 e por isso sugere priorizar organização de campanhas, vagas para serviços de acolhimento com um local de passagem para mulheres em risco de feminicídio, citando as dificuldades de acesso à denúncia e a necessidade de políticas públicas eficazes, como o ônibus lilás. Marlete apontou a falta de delegacias da mulher 24 horas em todo o estado e a necessidade de equipes multidisciplinares completas, afirmando que as salas lilás não substituem as delegacias. Ela mencionou também o aumento dos casos de violência, incluindo a violência sexual contra crianças, e defendeu ações conjuntas com todas as secretarias e municípios para aumentar a eficácia das políticas públicas, afirmando que se sente impotente quando uma mulher vira estatística. A Secretária Adelianna reconheceu o atraso nas ações e a urgência dessa situação, mas pediu para que o foco da discussão retornasse especificamente à questão da violência contra a mulher adulta. Ela informou que um dos ônibus lilás está disponível para atendimento mediante solicitação dos municípios, que inclusive a agenda do mês de agosto já está bem comprometida e o outro ônibus encontra-se em manutenção. A Secretária ressalta ainda que tudo que é pensado ou planejado no âmbito da gestão, ela não toma a decisão sozinha, tudo precisa ser pactuado na CIB (Comissão Intergestora Bipartite), pois esse tipo de decisão precisa do envolvimento dos municípios também. Passou-se a palavra para a Diretora Gabriella que informou que a grande preocupação que a atual gestão tem é em relação ao porte dos municípios que em sua grande maioria em Santa Catarina, são de pequeno porte e pensando no serviço de acolhimento, seus prós e contras, a equipe vem pensando em outras alternativas para as mulheres vítimas de violência, além do acolhimento, como por exemplo a concessão de um subsídio para mulheres vítimas de violência, que ainda está em fase inicial de discussão interna na secretaria. Gabriella explicou que a ideia do subsídio visa dar autonomia e protagonismo para que as mulheres consigam mudar de vida, permanecendo em suas residências com o apoio da rede de atendimento. Gabriella detalhou que o subsídio poderia facilitar o acesso de mais mulheres para uma independência financeira, trabalhando seu protagonismo e



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

autonomia, recebendo todo apoio e acompanhamento da equipe de referência de seu município, permitindo que permanecessem em suas casas com os filhos e recebessem acompanhamento técnico. A ideia é que o subsídio não fique engessado, que não seja restrito ao aluguel social e que possa ser utilizado com autonomia, facilitando a saída da situação de violência e a reconstrução da vida. Andréa considera sim uma possibilidade e mencionou que em Florianópolis existe um benefício de desacolhimento similar e considerou a proposta excelente mas pondera que é importante o fortalecimento da rede local, pois citou exemplos de muitos municípios que ainda não possuem organismos de políticas para mulheres, conselhos municipais e centros de referência. Patrícia Ferreira expressou ser totalmente favorável a iniciativas para mulheres, mas compartilhou experiências negativas com subsídios passados e manifestou preocupações sobre a necessidade de uma estrutura sólida e como garantir a segurança da mulher com o agressor ainda na mesma casa. Ela ainda defendeu a definição de metas específicas e o aproveitamento do plano estadual em elaboração. Ela reconheceu os esforços do governo em relação às políticas públicas para mulheres, mas reiterou a preocupação com a estrutura necessária para a implementação eficaz das ações. Marlete retoma o ponto sobre os ônibus lilás e sugeriu que o ônibus lilás fosse utilizado de forma mais ativa com campanhas e com equipes de atendimento às mulheres em parceria com a Assistência Social, além de apenas emprestar para os municípios durante o Agosto Lilás. Marlete também propôs a realização de convênio com o Ministério das Mulheres para a instalação de casas de abrigo regionais e a continuidade das tratativas para a implantação da Casa da Mulher Brasileira no estado. Marlete destacou a alta incidência de violência no oeste do estado e a necessidade de regionalizar e interiorizar os serviços, ouvindo as necessidades das mulheres. Ela manifestou preocupação com o prazo longo para a implementação do plano estadual e a importância de ações mais imediatas. Marlete perguntou sobre a situação da casa abrigo fechada em Florianópolis. A secretária Adeliana informou que, se essa for a vontade do conselho, serão implementadas casas de acolhimento regionais, e não apenas em Florianópolis, priorizando as regiões com maiores dificuldades, mas expressou preocupação com a segurança das mulheres em municípios menores onde todos se conhecem. A Secretária Adeliana reconhece que a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

questão da violência contra a mulher envolve várias frentes mas que a prioridade agora é o atendimento da mulher que está sendo violentada no momento, aquela mulher que recém registrou o boletim de ocorrência. Terezinha relata que as deliberações das últimas conferências podem auxiliar nessa discussão e com as conferências deste ano poderão ser criadas enquetes ou debates com os municípios para discutir esse assunto e também sugere que a Assistência Social possa levantar onde estão os gargalos no estado para que se possa pensar na criação de serviços regionalizados nesses locais e que o plano estadual irá fazer esse levantamento. A Secretária Adeliana sugere que esse assunto seja pautado nas plenárias do CEDIM para que essa discussão avance e agradece o espaço concedido pelo conselho e se coloca à disposição para dar continuidade a esse debate. Marlete questionou sobre a situação da casa abrigo fechada em Florianópolis e se um novo edital será aberto nos próximos meses. A secretária Adeliana informou que, se essa for a vontade do conselho, serão implementadas casas de acolhimento regionais, e não apenas em Florianópolis, priorizando as regiões com maiores dificuldades, mas expressou preocupação com a segurança das mulheres em municípios menores onde todos se conhecem, justificando que em SC 162 municípios têm menos de 10.000 habitantes, por isso estão estudando outra alternativa, mas caso não tenha, o edital irá para a rua com a previsão da oferta do serviço regional em 03 ou 04 casas, mas aponta que a maior dificuldade é onde fazer, em que cidade da região. Com a saída da Secretária Adeliana da reunião, Marlete passou para o próximo ponto de pauta. Item 4. **Deliberação sobre Minuta da Portaria de Convocação da 05ª CEPM.** Marlete Oliveira informou que a comissão da conferência já avançou em parte do trabalho necessário e disponibilizou uma minuta de portaria para legalizar o processo de elaboração da conferência estadual, a ser apreciada pelo pleno. Juci expressou o desejo de ter conversado mais com a secretária sobre as casas de acolhimento regionais e os motivos por trás dessa abordagem. Ela enfatizou que, embora respeite opiniões individuais, dados e diagnósticos sobre a necessidade desses serviços em todo o estado são cruciais, especialmente em municípios menores onde o anonimato é difícil e acredita que a necessidade é urgente para as casas abrigo, dada a falta de segurança para mulheres vítimas de violência doméstica. Liliana concorda enfatizando que casas de abrigo com equipes multidisciplinares são cruciais



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

para a segurança imediata das vítimas, complementando outras políticas públicas como o apoio para conseguir emprego. Patrícia Ferreira alertou para a necessidade de basear as políticas em pesquisas e dados concretos, mostrando preocupação com a eficácia de benefícios financeiros isolados sem suporte para a autonomia e solicitou que o conselho se concentre na agenda da reunião atual, que foi convocada pela Secretária Adeliana para tratar da questão do serviço de acolhimento. Carol reforça que a Secretária buscava opiniões sobre esse tipo de serviço, que ainda não possui medidas concretas definidas bem como uma solução. Marlete sugeriu incluir a questão da Casa Abrigo na próxima plenária ordinária e destacou que a plenária de hoje foi um pedido do gabinete da SAS. Dito isto, Carol compartilhou a minuta da portaria de convocação para a 05ª CEPM a ser realizada na Grande Florianópolis em agosto de 2025. Carol informa que as conselheiras Clarissa e Viviane, representantes da Secretaria de Estado da Educação, como não puderam participar da plenária de hoje em função de compromissos de trabalho, sugeriram incluir no texto a previsão de conferências intermunicipais, além das municipais e regionais. No entanto, Marlete e Luciane esclareceram que o regimento interno do Conselho Nacional não prevê conferências intermunicipais, o que impede sua inclusão na portaria estadual. Sheila explicou que as conferências livres são independentes e não são prerrogativas para a participação na conferência estadual, que se baseia nas conferências municipais e regionais. Rosaura corroborou, mencionando que as conferências livres, assim como as de saúde, são para quem deseja participar e seus delegados seguem diretamente para a Nacional, conforme o regimento. Desta forma, ficou acordado que a redação original da portaria seria mantida em relação aos tipos de conferências preparatórias. Carol relata que, após reunião com o gabinete, ficou definida a data de 27 e 28 de agosto para realização da 05ª CEPM, levando em consideração a proximidade de outras conferências que estão sendo organizadas pela área meio da SAS e os prazos de licitação. Marlete detalhou que, apesar da tentativa de antecipar a data, a proximidade com a conferência estadual da pessoa idosa tornou o final de agosto a única data viável, mesmo com a preocupação dos prazos para compra das passagens áreas para a conferência nacional. Rosaura manifestou apoio à data, priorizando a participação das mulheres e a realização da conferência em 02 dias, uma conquista do CEDIM. A data foi



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

considerada aprovada sem objeção. Patrícia D'Ávila criticou a participação de ex-conselheiras e defendeu o trabalho da delegacia no combate ao feminicídio, exigindo respeito e ordem nas reuniões, solicitando que a Presidenta Marlete organize a reunião e não permita esse tipo de constrangimento com as atuais conselheiras. Juci lamentou o tom alterado de Patrícia, lembrando que todas as presentes são conselheiras com igual direito a voz e voto, e defendeu a contribuição de ex-conselheiras como Rosaura. Patrícia D'Ávila justificou seu tom de voz devido a problemas de saúde e alegou ter se sentido desrespeitada por expressões faciais de uma ex-conselheira. Diante do conflito, Juci e Carol insistiram no retorno à pauta da reunião. Marlete pediu tranquilidade e respeito entre conselheiras e ex-conselheiras, colocando em votação a aprovação da minuta da portaria com as observações discutidas. A minuta foi aprovada por unanimidade. Marlete apelou por mais colaboração nas comissões e lamentou o ocorrido, reforçando a necessidade de respeito e foco nos objetivos do conselho. Terezinha reforçou a importância do respeito mútuo entre as conselheiras, especialmente com aquelas que têm uma longa história de dedicação ao conselho, e apelou para que os ataques públicos não se repitam. Marlete concordou, enfatizando que o respeito é a base do trabalho do conselho e que é necessário união para avançar em pautas importantes como a conferência e o plano de ação. A reunião foi encerrada com votos de bom trabalho e descanso.

5. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a 04ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC - Ano 2025. Eu, Carolina Freitas, Secretária Executiva, lavrei a presente ata. Link para acessar a gravação da Plenária:

https://drive.google.com/file/d/1u2vHBLvyG16IMCLmfaO_BNM5wPRnkL44/view?usp=drive_link



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016



Assinaturas do documento



Código para verificação: **9M78ST0T**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 03/06/2025 às 17:38:16

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfOU03OFNUMFQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **9M78ST0T** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.